

Resistência e gênero no jornalismo: a prática investigativa de repórteres mulheres a partir de livros sobre a ditadura militar brasileira¹

Resistance and gender in journalism: the investigative practice of women reporters from books about brazilian military dictatorship

Cândida de Oliveira²
Criselli Montipó³
Magali Moser⁴

Resumo: Frente às desigualdades de gênero, o trabalho reflete sobre condições e contribuições de repórteres mulheres na investigação jornalística. Analisa métodos de apuração, fontes e o livro-reportagem como suporte, a partir de um *corpus* com cinco livros de jornalistas investigativas sobre a ditadura militar. Os dados compõem um mapa da prática dessas repórteres e denotam uma participação ainda tímida, mas fundamental para a reconstituição mais plural de memórias da ditadura na perspectiva das mulheres.

Palavras-Chave: Jornalismo investigativo. Ditadura militar brasileira. Repórteres mulheres. Livro-reportagem. Gênero.

Abstract: In the face of gender inequalities, this paper highlights the conditions and contributions of women reports in the journalistic investigation. Presents an analysis of methods of investigation, sources and use of the reporting-book as support, having as corpus five investigative journalists' books on the military dictatorship. The data compose a map of the practice of reporters studied and denote a still timid but fundamental participation for the reconstitution more plural of memories of the dictatorship in the perspective of women.

Keywords: Investigative journalism. Brazilian military dictatorship. Women reporters. Reporting-book. Genre.

.....

Introdução

¹ Trabalho apresentado no V Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado na Universidade Anhembi-Morumbi, cidade de São Paulo, em 27 de junho de 2018.

² Doutoranda no PPGJor-UFSC. Bolsista CAPES. Mestra em Jornalismo. Email: candida.oliveira07@gmail.com

³ Doutoranda no PPGJor-UFSC. Professora na PUCPR. Mestra em Jornalismo. Email: criselli@gmail.com

⁴ Doutoranda no PPGJor-UFSC. Bolsista FAPESC. Mestra em Jornalismo. Email: magali.moser@gmail.com

Ao que tudo indica, a expressão jornalismo investigativo aparece pela primeira vez na bibliografia jornalística brasileira em *O Papel do Jornal* (1974) de Alberto Dines (MELO, 2015; SEQUEIRA, 2005). Passados mais de 40 anos, a relativa escassez bibliográfica sobre essa modalidade de jornalismo no Brasil raramente aborda o trabalho de repórteres mulheres. Mesmo nos livros escritos por pesquisadoras, como *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*, de Cleofe Sequeira (2005), destaca-se a contribuição dos jornalistas homens em detrimento do trabalho das repórteres. A ausência da temática de gênero nas pesquisas em jornalismo começa a ser rompida com mais intensidade apenas nos últimos anos (VEIGA, 2014, VIEIRA; ROCHA, 2016). Esse quadro se relaciona com silenciamentos no exercício profissional e no próprio fazer jornalístico ao priorizar certas fontes, temas e reproduzir desigualdades de gênero (LAGO, 2016). A necessidade de discussões sobre a vida e a atuação das repórteres investigativas também é percebida em outros contextos (CHAMBERS, 2008).

Diante disso, este trabalho reflete sobre condições e contribuições de jornalistas mulheres na prática investigativa a partir de reportagens a respeito da ditadura militar brasileira, publicadas em livro. Especificamente, o trabalho pretende: 1) discutir questões de gênero implicadas na investigação jornalística; 2) estudar o livro como suporte jornalístico; 3) elaborar um mapa da prática investigativa desenvolvida por repórteres mulheres autoras de livros-reportagens. Frente ao apagamento das mulheres no exercício do jornalismo investigativo, buscamos um pensamento mais plural acerca da prática.

Se um dos princípios desta forma de fazer jornalismo é revisitar fatos históricos, “analisando-os com o olhar de hoje” (SEQUEIRA, 2005, p. 116), acreditamos que a escolha pelo período proposto como temática das reportagens pode ser ainda mais reveladora. A ditadura militar (1964-1985), marcada por forte censura, repressão e violência, foi um dos momentos mais difíceis para a prática jornalística limitando, de modo particular, o exercício investigativo pela imprensa. Com o ato institucional nº 5, em dezembro de 1968, até a extinção da censura prévia (1978), os veículos de comunicação ficaram sob o controle dos militares. Mas lembrar dos desafios impostos pelo regime “não equivale a dizer [...] que nesse período não houve reportagens investigativas” (NASCIMENTO, 2010, p. 42).

A retomada democrática, em 1985, inaugura um novo contexto para a prática investigativa no jornalismo, possibilitando inclusive novas investigações sobre fatos do período anterior. No entanto, algumas dificuldades estruturais permanecem. No contexto atual, de acordo com a ONG internacional Repórteres sem Fronteiras⁵, o país é um dos mais violentos da América Latina para a atividade jornalística. A alta concentração da propriedade dos meios, a ausência de mecanismos eficazes de proteção para repórteres em situação de risco, o clima de impunidade e a baixa tradição democrática, abalada com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, desafiam a tarefa de jornalistas.

Para as repórteres, a situação é ainda pior. A especificidade assumida por elas no exercício profissional é observada por entidades internacionais. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) reconhece que as mulheres jornalistas são vítimas de um duplo ataque, tanto por ser mulher como por ser jornalista (UNESCO; REPORTEROS..., 2016). Na prática do jornalismo investigativo, as condições agravam-se diante das atitudes discriminatórias e preconceituosas dispensadas historicamente às repórteres investigativas (CHAMBERS, 2008).

Este estudo ancora-se em pesquisa bibliográfica sobre jornalismo, estudos de gênero e ditadura militar. Atenta para noções pertinentes à investigação jornalística e para debates sobre os conceitos de gênero, problematizando desigualdades no jornalismo, especialmente as vinculadas à atuação de repórteres investigativas. O trabalho possui quatro seções, com os seguintes temas: 1) abordagens de jornalismo investigativo norteadoras da pesquisa; 2) investigações jornalísticas na ditadura militar brasileira; 3) relação entre mulheres, gênero e jornalismo; 4) materiais analisados, procedimentos e critérios de análise das reportagens publicadas em livros de jornalistas e os dados iniciais para elaboração do mapa proposto.

1 Jornalismo investigativo: uma abordagem pelo método

O jornalismo é uma prática social mediadora de sentidos (MEDINA, 1982). Sua relação simbiótica com democracia e cidadania (TRAQUINA, 2012), constituída desde os processos de luta pela liberdade e por regimes democráticos em diversos países, nos séculos XVII e XVIII, legitima as funções atribuídas à imprensa. Caberia a ela fiscalizar governos e

⁵ Disponível em: <https://rsf.org/fr/bresil>.

instituições com intuito de proteger os cidadãos contra eventuais abusos de poder e fornecer a estes mesmos cidadãos informações necessárias para o desempenho das suas responsabilidades cívicas⁶. Desse modo, a práxis jornalística participa da garantia dos princípios democráticos, ainda que indiretamente.

Como afirma Albuquerque (2010), a imprensa brasileira desempenhou um importante papel, frequentemente ambíguo, nos processos de redemocratização⁷. Por outro lado, “é indiscutível que se deve ao exercício do jornalismo a revelação de uma série de irregularidades, arbitrariedades, abusos e crimes, trazendo consigo, embora com frequência menor que a desejável, importantes consequências políticas” (MORETZSOHN, 2007, p. 144). O jornalismo investigativo encontra respaldo nesses processos.

Na perspectiva de Sequeira (2005), a qual nos filiamos, o jornalismo investigativo se diferencia das outras práticas pelo processo de trabalho e estratégias envolvidas na fase de apuração. Fortes (2012, pp. 195-196) também compreende tratar-se da “sistematização de técnicas e conceitos de apuração para a produção de reportagens de fôlego”, caracterizadas por profundidade e relevância. Há a necessidade de quatro elementos básicos para o jornalismo investigativo cumprir sua função social: contexto democrático; funcionamento das instituições estatais no sentido de resolver as mazelas denunciadas; independência dos meios de comunicação e que o processo investigativo seja regido pela ética (SEQUEIRA, 2005). Contudo, a modalidade jornalismo investigativo ainda enfrenta resistência por parte de jornalistas atuantes nas redações brasileiras, que entendem ser todo jornalismo investigativo por natureza pois a investigação é inerente à atividade.

Há uma visão que associa a prática do jornalismo investigativo a denúncias de fatos negativos, irregularidades relacionadas ao mau comportamento de autoridades ou

⁶ Conforme Traquina (2012), essas atribuições são fundamentadas na teoria democrática do filósofo John Milton (séc. XVII) que defendia uma imprensa livre da censura. A noção de “Quarto Poder” surge com base nessa perspectiva e se desdobra na concepção de imprensa como “cão-de-guarda” (*watchdog*) em defesa dos interesses dos cidadãos. A apropriação desta noção pela imprensa brasileira é problemática, visto que efetivada em termos de um “Poder Moderador” por meio do qual “reivindica o papel de árbitro transcendente dos conflitos políticos e intérprete por excelência dos interesses nacionais” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 102).

⁷ A relação da mídia com a democracia brasileira no período da redemocratização deu, ao mesmo tempo, demonstrações de estar disposta a colaborar para a manutenção das elites no poder (SOARES; COLVERO, 2011). Na mesma época, há uma diversificação da imprensa que já contava com maior desenvolvimento da mídia alternativa (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Jornalistas, intelectuais e ex-militantes tentaram construir um espaço de resistência ao regime militar e alternativo principalmente à imprensa comercial (ABREU, 2005).

funcionários de governos e escândalos políticos. Nascimento (2010) aborda essas resistências ao jornalismo investigativo por parte de autores que o compreendem como mais focado em apontar as falhas dos indivíduos do que as dos sistemas além de menos voltado aos problemas sociais. Dines (1986) ressalva: esta forma de fazer jornalismo busca as causas e origens dos fatos, oferecendo uma explicação mais profunda aos fenômenos.

Em 1964, o Prêmio Pulitzer passou a ter uma nova categoria, denominada Reportagem Investigativa, contribuindo para a caracterização de uma nova geração de jornalistas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). No Brasil, destaca-se o esforço jornalístico durante todo o regime militar na tarefa de descobrir fatos ocultos, como a cobertura do Caso Riocentro (MOLICA, 2008)⁸.

O jornalismo investigativo é caracterizado por Lage (2017, p. 138) “como forma extremada de reportagem”. A reportagem investigativa decorre de um processo que envolve várias etapas, da concepção inicial à publicação e ao seguimento do caso. Estes procedimentos consistem, basicamente, na elaboração de um projeto de viabilidade do tema, estudo aprofundado do assunto, desenvolvimento de um plano de ação, incluindo custos e métodos, apuração documental e com fontes, cruzamento de informações, avaliação final, redação, revisão e finalmente a publicação (SEQUEIRA, 2005; LAGE, 2017). Como os processos de criação e de produção de uma reportagem investigativa exigem maior complexidade, consideramos a necessidade de compreender as rotinas produtivas de jornalistas que se dedicam à atividade, especialmente a atuação das mulheres, pelos motivos já mencionados.

2 Jornalismo investigativo na ditadura militar brasileira

A reportagem investigativa pode ser encontrada nas páginas de jornais brasileiros desde meados dos anos 1970 (SEQUEIRA, 2005). Em 1976, foi publicada a série de reportagens “Assim vivem nossos superfuncionários”, sob a coordenação do jornalista Ricardo Kotscho, no jornal *O Estado de S. Paulo*, agraciada com o Prêmio Esso naquele ano. “Descendo aos porões”, de autoria do repórter Antonio Carlos Fon, da *Veja*, é outra

⁸ Reportagens sobre o caso compõem o livro *10 Reportagens que abalaram a ditadura*, que inaugura a coleção Jornalismo Investigativo, de iniciativa da Abraji e Editora Record.

reportagem investigativa publicada à época com grande repercussão. Carlos Fon também assina com a jornalista Lúcia Romeu as reportagens “A casa dos horrores” e “A torturada fala com o médico da tortura”, publicadas na *Isto é*, em 1981, e com a qual conquistaram o Prêmio Vladimir Herzog daquele ano. Essas reportagens, publicadas no livro *10 reportagens que abalaram a ditadura* (MOLICA, 2008), ilustram o jornalismo investigativo desenvolvido no período, apesar de pouco propício ao exercício jornalístico. Evidenciam temas como tortura, corrupção e pobreza que se impuseram na agenda midiática e seguem constringendo até os dias de hoje.

Além dessas reportagens, Nascimento (2010) destaca as vencedoras do Prêmio Esso de 1964 a 1985 e as publicadas na revista *Realidade* (1966-1976) como exemplos contrários a posicionamentos convergentes à opinião segundo a qual a prática teria surgido no país somente a partir da redemocratização. Forjadas no impulso jornalístico somado ao apelo revolucionário das gerações dos anos de 1960 e 1970, publicações da imprensa alternativa cobravam veementemente restauração da democracia e respeito aos direitos humanos (KUCINSKI, 2001), atuando com relevância na resistência à ditadura. Embora nem todos os veículos alternativos produzissem investigações, eram o espaço das vozes dissidentes e de oposição ao regime empenhadas em denunciar perseguições, torturas e mortes.

Destaca-se o jornal mensal *Ex* que, além de produzir um jornalismo satírico, era conhecido por suas narrativas fortes e aprofundadas. Foi o único a fazer uma cobertura completa do assassinato do jornalista Vladimir Herzog nos porões do DOI-CODI, em São Paulo, em outubro de 1975. Com reportagens assinadas por Hamilton Almeida Filho, Mylton Severiano e Narciso Kalili, publicadas na edição especial, *Ex-16*, o jornal chegou a atingir a marca dos 50 mil exemplares vendidos. Depois disso, o regime decretou a censura prévia no veículo, levando-o ao fim (MOLICA, 2008).

Nas situações de tensão, como na luta em favor da democracia durante as ditaduras na América Latina, as mulheres assumiram papel de protagonismo, embora as narrativas predominantes costumem invisibilizá-las. Elas desafiaram a domesticidade lhes imposta pelos discursos ditatoriais e enfrentaram o machismo, o autoritarismo e práticas de violência, tortura e violações contra os próprios corpos (HINER, 2015; SAPRIZA, 2009). No Brasil, as

dificuldades enfrentadas pelas mulheres na resistência à ditadura se assemelham às lutas vivenciadas por elas nos países vizinhos (PEDRO; WOLFF, 2011).

3 Mulheres, gênero e jornalismo

Antes de prosseguir na discussão sobre repórteres investigativas na ditadura, é preciso tratar de uma questão fundamental: se hoje a participação das mulheres na história não pode ser negada, nem sempre foi assim. “Uma história ‘sem as mulheres’ parece impossível. Entretanto, isso não existia” (PERROT, 2007, p. 12). Michelle Perrot, uma das precursoras nos estudos sobre a história das mulheres no ocidente, postula que o desenvolvimento desses estudos acompanha o movimento das mulheres em direção à emancipação e à libertação. Desta forma, reconhecer a participação das mulheres na história e historiografia é romper com sua invisibilidade e lhes devolver o protagonismo das próprias trajetórias.

O feminismo foi um incentivo para a mudança e despertou a necessidade de uma “feminização dos saberes” (THÉBAUD, 2009). Se antes talvez se buscasse o mito de uma “natureza feminina”, posteriormente, abriu-se para a pluralidade de concepções sobre gênero. As disputas em torno da área de estudos que se constituiu, o abandono do essencialismo e o desligamento do determinismo biológico marcaram uma nova fase do movimento. Ao longo dos anos, das pesquisas e com o fortalecimento do campo, o gênero passou a ser reconhecido como culturalmente construído, e não mais como algo dado, determinado biologicamente⁹.

O movimento feminista alcançou mudanças inclusive no domínio da imprensa. A primeira *imprensa feminina* especializada é a de moda, no século XVIII (PERROT, 2007). A partir daí, a *imprensa feminista* reivindica o direito das mulheres ao trabalho, à igualdade dos salários, à formação de cooperativas, ao voto e denuncia a condição de inferioridade das mulheres. “Desde então o jornal faz parte das formas de expressão das mulheres, na França e na maioria os países ocidentais. Ao mesmo tempo, as mulheres ganham acesso a uma profissão que antes era exclusivamente masculina: o jornalismo” (PERROT, 2007, p. 35). Foi o início da conquista por espaços até então de domínio dos homens. Ao longo dos anos, o jornalismo passou por um processo de feminização acentuada (ROCHA; SOUSA, 2007).

⁹ Para mais detalhes ver: SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

Mas a equidade de gênero na profissão ainda precisa avançar muito. No Brasil, as mulheres compõem a maioria da categoria profissional: representam 63,7% dos postos de trabalho em jornalismo (36,3% são homens) (MICK, LIMA, 2013). Entretanto, são minoria nos cargos de chefia das redações¹⁰, numa explícita demonstração de que as relações de poder e de desigualdade permanecem. Além disso, já foi apontado que a atividade das mulheres jornalistas está mais relacionada à cobertura de assuntos considerados de menor relevância (LEITE, 2012). Nesse sentido, há de se problematizar o que historicamente se construiu como profissionais atuantes no jornalismo investigativo.

Ao olhar para a ditadura brasileira e analisar a participação das mulheres no jornalismo investigativo, tendo como recorte reportagens vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo entre 1964 e 1985, Vieira e Rocha (2016) constatam que a invisibilidade das mulheres é maior do que a inserção delas no mercado de trabalho jornalístico naquele período. Das 20 reportagens agraciadas com o Prêmio Principal, destinado a consagrar a modalidade de jornalismo investigativo, em apenas uma, em 1983, jornalistas mulheres participaram da equipe responsável¹¹. As autoras perceberam uma presença maior da participação “feminina” na premiação das categorias regionais, que não eram necessariamente reportagens investigativas, e uma menor representação na premiação de maior destaque, já na fase de declínio do regime. Isso não significa, contudo, que as repórteres não produziam conteúdo investigativo (VIEIRA; ROCHA, 2016). Os trabalhos delas eram pouco referenciados e divulgados, sendo muitos deles ainda hoje desconhecidos, salvo raras exceções. Nesse sentido, valorizar as experiências de repórteres mulheres nos estudos do jornalismo investigativo sobre a ditadura é uma forma de romper silenciamentos.

4 Uma análise da prática investigativa de jornalistas mulheres

Como destacamos, a noção de jornalismo investigativo orientadora deste trabalho filia-se às proposições de Sequeira (2005) e Kovach e Rosenstiel (2004). Partimos ainda do pressuposto de que reportagens investigativas são resultantes de um minucioso processo de

¹⁰ Disponível em: <<http://fenaj.org.br/pesquisa-constata-que-maioria-dos-jornalistas-e-mulher-e-ganha-ate-cinco-salarios-minimos-2/>> Acesso em 8 de maio de 2018.

¹¹ Trata-se da reportagem *O Caso Baumgarten* publicada em *Veja*, naquele ano, de autoria de Francisco Vargas, Bella Stall, Norma Couri e Leda Beck.

investigação que não desconsidera a intuição (SEQUEIRA, 2005). O percurso metodológico desenvolvido para esse estudo consistiu nas seguintes etapas: levantamento e listagem de reportagens sobre a ditadura militar publicadas em livros, no Brasil, entre 1986 e 2017¹²; identificação dos livros de autoria de jornalistas mulheres e seleção para composição do *corpus*; análise das reportagens; apresentação dos métodos e técnicas investigativas empregadas pelas jornalistas; e discussão dos resultados.

A partir da listagem com a autoria de jornalistas mulheres, e reconhecendo o jornalismo investigativo como um elemento de influência transversal aos gêneros e editoriais jornalísticas (FORTES, 2012), os livros foram classificados, segundo a forma narrativa, em: reportagem, biografia e autobiografia (ou memórias). Os dados obtidos, apresentados na Tabela 1, possibilitaram focar na seleção de reportagens investigativas. Observamos que, de um universo de 119 títulos, apenas 14,29% (17 livros) são de autoria de jornalistas mulheres, alguns ainda em coautoria. Quando observadas as personagens centrais, esse número cai para 8,40% (10 títulos). Esta constatação torna-se ainda mais problemática se considerada a participação fundamental e decisiva das mulheres na luta contra a ditadura (PEDRO; WOLFF, 2011). Por isso, se há uma predominância de discursos masculinos nesses relatos, entendemos ser necessária a naturalização do contrário também.

TABELA 1

Livros de jornalistas mulheres e livros com mulheres protagonistas x Total de livros-reportagem sobre a ditadura militar no Brasil (1986-2017)

Forma narrativa	Nº livros de jornalistas	Nº livros de jornalistas-mulheres	%	Nº livros protagonistas mulheres	%
Reportagem	40	5	12,50	4	10
Biografia	55	10	18,18	4	7,27
Autobiografia ou Memórias	24	02	8,33	2	8,33
Total	119	17	14,29	10	8,40

FONTE: Elaborado pelas autoras (2018).

¹² O levantamento foi realizado entre julho de 2016 e março de 2018, com o uso de ferramentas de busca (*WorldCat*; *Google Books*), acesso a bancos de dados (*SciELO Books*; Portal Domínio Público; Bibliotecas; Dot.lib), acervos online sobre a ditadura militar (Memórias da Ditadura e Memórias Reveladas), sites de editoras, livrarias, jornais, revistas e livros impressos.

A partir desse levantamento e listagem inicial, procedemos a seleção dos livros para constituição do *corpus*, levando em conta as reportagens de autoria somente de jornalistas mulheres, elaborados segundo preceitos do jornalismo investigativo. Nesse sentido, foram desconsiderados os livros autobiográficos ou de memórias que demandam mais um trabalho de evocação por parte da jornalista do que necessariamente uma prática investigativa. A partir disso, foram selecionados e analisados cinco livros.¹³ A revisão bibliográfica apresentada neste artigo nos orientou na caracterização de acordo com a proposta de Kovach e Rosenstiel (2004), que distinguem três tipos de reportagens:

a) *reportagem investigativa original*: envolve os próprios repórteres na descoberta de atividades desconhecidas do público e pode resultar em investigações públicas oficiais;

b) *reportagem investigativa interpretativa*: transforma algo oculto para de domínio público. Surge como resultado de cuidadosa reflexão, análise e revela novas abordagens;

c) *reportagens sobre investigações*: acompanhamento de investigações em andamento: a investigação deixa de ser uma forma de apuração da reportagem e passa a ser o tema.

Na sequência, apresentamos as análises dos livros selecionados, ordenados pelo ano original da publicação:

- Iara Iavelberg é uma das mulheres mais citadas nos registros sobre a luta armada contra a ditadura militar brasileira¹⁴. Um dos primeiros trabalhos foi o da jornalista alemã naturalizada brasileira Judith Lieblich Patarra que mergulhou no universo da ativista política para uma biografia da personagem logo após a abertura democrática. Judith realizou mais de cem entrevistas na pesquisa da trajetória da psicóloga, professora universitária e militante. Em *Iara: Reportagem Biográfica* (1992a), a autora reúne um trabalho de garimpagem, com base num método de investigação sustentado em documentos, livros, jornais e depoimentos.

O esforço se traduziu na possibilidade de confrontar informações e produzir um material de referência. Na contracapa da obra, a psicanalista Anna V. Mautner fala sobre a

¹³ As análises foram apoiadas também em outros documentos - entrevistas concedidas por elas à imprensa, pesquisas, artigos em jornais e revistas que abordam os bastidores das reportagens.

¹⁴ Foi tema de diversos estudos, pesquisas e pelo menos dois documentários - *Em Busca de Iara*, escrito e produzido por sua sobrinha Mariana Pamplona e lançado em 2014 e *Iara, Lembrança de uma mulher*, de 1993.

entrega da jornalista à pesquisa ao comentar que Judith “durante sete anos viveu os 27 de Iara”. Sem dúvida, o tempo alongado na produção da reportagem e do *deadline* para publicação do livro interferiu na qualidade do conteúdo entregue ao público. Também possibilitou a multiplicidade de fontes consultadas. Para refazer a vida familiar, afetiva e política de Iara, Judith reuniu ainda 16 páginas de fotografias.

Na vida de Iara, encontrou os desejos, sonhos e contradições de uma geração. Em entrevistas à imprensa sobre a motivação para a escrita da obra, a biógrafa justifica a escolha pelo papel que entende ter enquanto jornalista, revelando sua compreensão sobre a prática profissional. “Tudo começou com uma conversa com o Alberto Dines a respeito da nossa missão, como profissionais, de testemunhar sobre o que vimos e vivemos nessa época. A minha maior preocupação foi reconstruir aquele pedaço da nossa História que não podia ser esquecido” (PATARRA, 1992b). Dines foi convidado por Judith a prefaciar a obra e é a primeira pessoa citada nos Agradecimentos. Na mesma seção, a autora revela a inspiração para a obra: a leitura do conto “Um caso único de saudade à primeira vista”, assinado por Dines e publicado na coletânea *Posso?* (1972).

Em entrevista à *Veja*, Judith diz ter visto em Iara uma personagem “muito mais interessante”, quando questionada sobre o porquê de não ter escolhido biografar Carlos Lamarca, o capitão do exército que aderiu à guerrilha e foi companheiro de Iara. Apesar de expressar sua identificação maior com Iara, a autora parece recusar o título de feminista. Indagada se a escolha por Iara foi puramente feminista, ela responde que isso seria equivalente a dizer que se a opção fosse por Lamarca, teria sido uma escolha machista. “A Iara, independente de ser mulher e por isso despertar mais o meu interesse, era uma figura fascinante. Ela não pegou em armas mas teve uma influência decisiva sobre o próprio Lamarca” (PATARRA, 1992b). Os materiais de apoio como recortes de jornais e o Diário de Lamarca, utilizados na pesquisa, aparecem em notas de rodapé. Nota-se um esforço por localizar fontes inéditas e contrapor versões, constituindo-se uma reportagem investigativa interpretativa, à medida que sugere novos olhares para o caso.

- Escrito na década seguinte pela bióloga e jornalista Verônica Bercht, *Coração Vermelho: a vida de Elza Monnerat* conta a história de Elza, revolucionária e dirigente do

Partido Comunista do Brasil (PCdoB)¹⁵. A ancorado na narrativa histórica, o livro-reportagem registra aspectos reveladores da personalidade de Elza: sua simplicidade, sua alegria e seu comprometimento com o partido (BERCHT, 2013)¹⁶. A repórter mostra o percurso de apuração: contou com o arquivo pessoal de Elza Monnerat (seu caderno de anotações, escrito na prisão), fotos, documentos, gravações em vídeo feitas pelo PCdoB/RJ e realizou entrevistas com oito pessoas que conviveram com a biografada. As entrevistas concedidas por Elza à autora foram feitas entre dezembro de 1998 e maio de 2001, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, quando o livro foi lançado, a líder política tinha 88 anos.

O título faz alusão à ideologia do partido e à humanidade exacerbada de Elza, visto que a narrativa é pautada por seu profundo senso de comunidade. Suas participações nas ações coletivas dão a tônica do relato, segundo Paulo Abraão, no prefácio (In: BERCHT, 2013). Tímida, Elza não gostava de falar nem mesmo nas reuniões partidárias. O livro de Bercht a tira da invisibilidade e busca demonstrar que a mansidão e a humanidade podem ser alicerces de sustentação de organizações revolucionárias.

Vivenciou as duas ditaduras brasileiras e, graças à sua coragem, resistiu. Sua primeira e única prisão se deu quando tinha 63 anos. Gritava: “Abaixo a ditadura. Viva o proletariado” (BERCHT, 2013, p. 23). Foi torturada e permaneceu presa por quase três anos. A imagem de sua libertação era de uma senhora magra, de cabelos brancos, vestindo calça jeans e trazendo um indisfarçável sorriso nos lábios, como mostra a foto reproduzida na obra. Este livro-reportagem adequa-se à reportagem investigativa interpretativa, pois colabora para tirar da obscuridade episódios dolorosos da história recente do país. Conforme destaca Priscila Lobregatte, no posfácio (In: BERCHT, 2013), sociedades que não jogam luz sobre fatos do passado correm perigo de repetirem as mesmas violências e arbitrariedades cometidas por falta de informação. A obra faz pulsar narrativa e memória.

- O premiado livro-reportagem *Cova 312* (2015), de Daniela Arbex, nasce da série de reportagens produzida pela jornalista e publicada na *Tribuna de Minas*, em 2002,

¹⁵ Lançada em 2002 pela Editora Anita Garibaldi, a obra foi reeditada em 2013.

¹⁶ Não à toa, a publicação integra as estratégias comunicativas do PCdoB (PEREIRA, 2009) cujas bases institucionais contam com a Fundação Maurício Grabois (em homenagem ao fundador do partido) e a Editora Anita Garibaldi (responsável pela publicação das biografias dos líderes partidários).

tendo como manchete: “Cova 312 - fim de um segredo de 35 anos”, também premiada¹⁷. Nela, é revelada a existência da sepultura de Milton Soares de Castro, único preso político assassinado nas dependências da Penitenciária Regional de Juiz de Fora (MG) durante a ditadura¹⁸. No livro, a repórter conta a produção da série e retoma a história de Milton entremeada com a de outros personagens que passaram pela mesma prisão. O caso do guerrilheiro é o fio condutor da narrativa, culminando com a apresentação de novas descobertas sobre sua morte, oficialmente tratada como suicídio. A jornalista queria esclarecer os motivos que levaram o Exército a esconder o corpo do guerrilheiro e as circunstâncias da morte dele até ser colocado numa cova rasa.

Arbex (2015) retoma as investigações sobre Milton em 2013, quando surge a ideia do livro. Desde 2002, foram mais de 50 entrevistas realizadas¹⁹. Dentre tantas fontes orais, Arbex entrevistou o irmão e a irmã de Milton, militantes e amigos que estiveram com ele na prisão, médicos do exército e peritos criminais, ex-policiais responsáveis pelos laudos sobre a morte do guerrilheiro. A repórter garimpou informações e documentos em órgãos públicos, hospitais, cartórios e até no cemitério; fez pesquisas em jornais, livros, revistas; obteve autorização para acessar os arquivos do Superior Tribunal Militar, e fazer cópia dos autos do Inquérito instaurado pelo Exército no dia em que Milton foi encontrado morto na Cela 30 da Penitenciária de Linhares. Apoiada nas técnicas de imersão e observação direta, a jornalista narra seu acesso ao local. Foi quando teve certeza de que deveria continuar na investigação, apesar das reviravoltas e tentativas de obstrução.

Cova 312 pode ser categorizada como uma reportagem investigativa original, pois desvenda um segredo guardado há mais de 50 anos pelos militares ao descobrir o paradeiro do corpo de Milton, e desmonta a versão criada pelo Exército ao comprovar que não se tratava de suicídio, mas enforcamento sim. Ou seja, o guerrilheiro foi torturado e assassinado pelos agentes da ditadura. Com esta reportagem, Arbex reescreve um capítulo da história brasileira, fazendo justiça à memória daqueles que tiveram suas vozes silenciadas.

¹⁷ Daniela Arbex é uma das jornalistas mais premiadas do Brasil, tendo recebido mais de 20 prêmios nacionais e internacionais. A reportagem “Cova 312” conquistou o Prêmio Esso – Categoria especial interior, além de outras premiações. O livro obteve o 58º Prêmio Jabuti 2016 – 1º lugar Reportagem.

¹⁸ O militante foi também o único civil da Guerrilha do Caparaó, (1966-1967), a primeira tentativa de luta armada contra a ditadura no Brasil pós-golpe de 64, estabelecida na Serra do Caparaó, divisa entre ES e MG.

¹⁹ Disponível em: <<http://geracaoeditorial.com.br/entrevista-com-daniela-arbex-autora-de-cova-312/>>. Acesso em 10 junho de 2018.

- A dureza da vida (e da morte) de um revolucionário católico no contexto ditatorial é a tessitura da narrativa *Um homem torturado: nos passos de frei Tito de Alencar*²⁰, de autoria das jornalistas Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles. Lançada em 2014 – ano que marca os 50 anos do golpe militar no Brasil – a reportagem biográfica desvenda Frei Tito de Alencar Lima, religioso dominicano nascido no Ceará em 1945 (DUARTE-PLON, MEIRELES, 2014).

Por mais de dois anos, as autoras realizaram entrevistas com 35 pessoas e estiveram em lugares por onde ele passou. Entrevistaram o psiquiatra e psicanalista francês Jean-Claude Rolland, que tratou de Frei Tito no último ano de vida. Frades dominicanos que conviveram com ele durante seu exílio também deram depoimentos para o livro, assim como a irmã, amigos e ex-guerrilheiros. Tito combateu a ditadura, foi preso, torturado, libertado na troca pelo embaixador suíço e banido do Brasil. Duarte-Plon e Meireles destacam que “o livro pretende ser um entre outros testemunhos contra a política deliberada de organização do esquecimento” (2014, p. 16). No prefácio, Vladimir Safatle enfatiza que a obra é documento importante para o esclarecimento e a compreensão da história recente latino-americana, pois reconstrói contextos históricos, principalmente após a guinada conservadora da Igreja Católica a partir de João Paulo II (In: DUARTE-PLON; MEIRELES, 2014).

A reportagem investigativa interpretativa imortaliza seu sofrimento, cuja intensidade ele mesmo lutou para apagar, sem sucesso. Destruído nos porões do regime militar, Frei Tito cometeu suicídio em 1974, aos 28 anos, durante seu exílio na França. Contra o silêncio, o livro-reportagem traz descrições minuciosas, feitas por Tito, de sua própria aflição. A tortura havia conseguido quebrá-lo psicologicamente, transformando sua vida em um inferno de delírios e alucinações, como insinua um de seus poemas, reproduzido por Duarte-Plon e Meireles (2014): “Nos dias primaveris, colherei flores para meu jardim da saudade. Assim, exterminarei a lembrança de um passado sombrio” (p. 41). A assinatura de Tito de Alencar é de 12 de outubro de 1973, mas sua força e sua presença ultrapassam o tempo.

- Em *A tortura como arma de guerra - Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado* (2016), Leneide Duarte-Plon mostra como os franceses trouxeram para o Brasil métodos de tortura usados na

²⁰ A vida de Frei Tito foi tema de livros, documentários e filmes, dos quais se destaca a obra de Frei Betto *Batismo de Sangue: Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, publicada originalmente em 1987.

Guerra da Argélia. No prefácio, Vladimir Safatle adianta que a jornalista une em sua escrita o olhar sistemático de historiadora e a sensibilidade crítica de psicanalista e não se deixa levar por falsos acordos. O mérito do livro também se encontra na exclusividade das informações levantadas. Leneide se apresenta na Introdução como a única jornalista do Brasil a quem o general Assaresses, autor de práticas de tortura e defensor delas como “legítima arma de guerra contrarrevolucionária”, concedeu uma entrevista em toda a sua vida.

A obra se enquadra como reportagem investigativa original por revelar fatos desconhecidos. Como assinala Safatle, no prefácio, ao centralizar seu olhar para a história do general francês Paul Aussaresses, responsável pela repressão à luta dos argelinos pela independência, a autora “opera com a estratégia da explicitação de um sintoma” (In: DUARTE-PLON, 2016, p. 18). Além da entrevista com o general falecido em 2013, que confessa e defende a tortura, o livro se baseia em depoimentos de outras fontes importantes, documentos encontrados em arquivos diplomáticos da França e relatórios secretos. A obra começou a ser produzida em 2008, oito anos antes de seu lançamento. Em entrevista²¹, a jornalista comenta: “Minha experiência em entrevistar o general Aussaresses foi extremamente cordial. Ele era um homem muito educado, um *gentleman*. Não se furtou a responder a nenhuma pergunta”. E dá pistas sobre sua preparação para o trabalho: conhecia muito bem o general antes de entrevistá-lo, tendo lido os dois livros de sua autoria.

Com base nas análises, podemos inferir que os livros alcançam a atmosfera de um tempo: foi assim em *Iara*, em que a autora desvendou fragmentos da história não só da personagem, mas do contexto de uma época, também o foi em *Cova 212*, no qual a repórter conta a história de Milton; bem como nas narrativas sobre a vida de Elza, de Frei Tito e de tantos outros marcados pela experiência da prisão, repressão e tortura.

Considerações Finais

Historicamente, o jornalismo tem se consolidado como importante instrumento de construção democrática. A relação entre jornalismo e democracia afirma-se na tarefa de reportar os acontecimentos cotidianos de modo que os cidadãos possam exercer seus direitos

²¹ Disponível em : <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/-A-tortura-como-arma-de-guerra-de-Leneide-Duarte-Plon/4/36274>> Acesso em 18 de junho de 2016

(e deveres) de cidadania. O jornalismo investigativo, por sua vez, colabora com esta tarefa de modo intrínseco, pois denuncia, contextualiza e explicita fatos ou fenômenos ocultos graças à sua característica de apuração e investigação profundas.

As reportagens investigativas ganham ainda mais visibilidade quando apresentadas em suporte ampliado: os livros-reportagens. No Brasil, as transformações das redações e rotinas produtivas do jornalismo diário levam repórteres de investigação a pensar no livro-reportagem como solução para abordar um tema de forma aprofundada (SEQUEIRA, 2005) e ampliar a compreensão da realidade (LIMA, 1995). No caso do livro-reportagem, as pressões de espaço e tempo impostas pelo jornalismo tradicional deixam de ser uma preocupação direta, e permitem maior liberdade e autonomia, priorizando a contextualização.

Neste trabalho, as discussões sobre a investigação jornalística, o uso do livro como suporte e as desigualdades de gênero que atravessam a área, com foco nas reportagens sobre a ditadura militar no Brasil produzidas por repórteres mulheres, corroboram à ampliação dos temas nos estudos de jornalismo investigativo. Ainda que a presença delas na autoria de livros-reportagem sobre a ditadura seja tímida, observamos uma tendência crescente dessa participação nos últimos anos. Dos 17 livros identificados com este perfil, 10 foram publicados na última década, o que indica aos poucos uma mudança nesse sentido e maior protagonismo das repórteres mulheres nas investigações jornalísticas sobre o período. No conjunto dos livros escolhidos para o *corpus* desta análise, buscamos contemplar desde as primeiras iniciativas (PATARRA, 1992) às mais recentes (DUARTE-PLON, 2016), contribuindo para um possível mapeamento também sobre eventuais mudanças nas práticas.

As análises das cinco obras demonstram o rigor investigativo das repórteres em desvendar contextos e personagens, tendo em vista condições técnicas específicas: as entrevistas foram realizadas, em sua maioria, com grande distância temporal dos episódios originais. Essa característica intensifica a responsabilidade de compreender tais realidades a partir de um mosaico, tecido a partir de relatos, impressões e lembranças, costurados a documentos e observação direta, entre outros procedimentos. Portanto, neste breve panorama, identificamos condições técnicas de investigação, mas não foi possível dimensionar condições sociais para o trabalho destas repórteres, o que reforça a necessidade de pesquisas futuras com o auxílio da técnica de entrevista para averiguar esses dados.

A análise das reportagens investigativas sobre a ditadura militar brasileira ganha ainda mais ênfase e necessidade ao se compreender que o jornalismo pode atuar na valorização da retomada democrática. Num momento em que o Brasil assiste à exaltação de antigos torturadores e à defesa por parte de alguns por uma nova intervenção militar, revisitar essas reportagens é não apenas valorizar o esforço de investigação dessas repórteres, como reforçar o papel da informação e do jornalismo na fiscalização dos poderes e fortalecimento da democracia. As obras aqui analisadas são um contraponto urgente ao esquecimento forçado, gerado pelas tentativas de apagamento das marcas da violência e das histórias que tal violência destruiu, à medida que colocam em circulação vozes por tanto tempo silenciadas, estimulando processos de rememoração e ressignificação imprescindíveis para a transformação do presente e do futuro.

Referências bibliográficas

- ABREU, A. A. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, Lisboa, p. 53-65, 2005.
- ALBUQUERQUE, A. As três faces do Quarto Poder. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010. p. 92-104.
- ARBEX, D. **Cova 312**. São Paulo: Geração Editorial, 2015.
- BERCHT, V. **Coração Vermelho**: a vida de Elza Monnerat. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2013.
- CHAMBERS, D. A Globalização das Agendas de Mídia. A produção de jornalismo. In: BURGH, H. (Org.). **Jornalismo investigativo: contexto e prática**. São Paulo: Roca, 2008. p. 119-137.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. 4 ed. São Paulo: Summus, 1986.
- DUARTE-PLON, L. **A tortura como arma de guerra - Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- _____.; MEIRELES, C. **Um homem torturado**: nos passos de frei Tito de Alencar [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FORTES, L. Investigação jornalística de encomenda e a extinção dos intelectuais nas redações brasileiras. In: CHRISTOFOLETTI, R.; LIMA, S. **Reportagem, pesquisa e investigação**. Florianópolis, Insular, 2012, p. 193-202.

- HINER, H. Fue bonita la solidaridad entre mujeres: género, resistencia, y prisión política en Chile durante la dictadura. **Estudios Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 867-892, Dez. 2015.
- KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**. O que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução de Wladir Dupont, 2ª edição. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2 ed., revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2001.
- LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- LAGO, C. Silêncios, potencialidades e desafios da pesquisa em Jornalismo. Entrevista concedida à Janara Nicoletti e William R. Cordeiro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 109-115, 2016.
- LEITE, A. T. B. **Profissionais da mídia em São Paulo**: um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo. São Carlos: UFSCar, 2015. 232p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- LIMA, E. P. **Páginas ampliadas**: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Unicamp, 1995.
- MEDINA, C. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- MELO, S. A. Da grande reportagem ao escândalo político: os percursos do jornalismo investigativo no Brasil. II Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, na Universidade Anhembi-Morumbi em São Paulo, 2 a 4 de julho de 2015. **Anais do...** São Paulo: Abraji, 2015.
- MICK, J.; LIMA, S. (Orgs). **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.
- MOLICA, F. (Org.). **10 reportagens que abalaram a ditadura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Renavan, 2007.
- NASCIMENTO, S. **Os novos escribas**: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipélago, 2010.
- PATARRA, J. **Iara - reportagem biográfica**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992a.
- _____. História Revisitada. Seção Páginas Amarelas. **Revista Veja**, 12 de agosto de 1992b.
- PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões In: _____. (Orgs.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, p. 19-43.

PEREIRA, M. M. **A esquerda bem informada**: A estratégia política de comunicação do PCdoB em dois tempos (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, UFF, Niterói, 2009.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROCHA, P. M.; SOUSA, J. P. O mercado de trabalho feminino em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil. **Revista Impulso**, Unimep, p. 7 a 18. 2011.

SAPRIZA, G. Memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). **Deportate, Esuli e Profughe**, Veneza, n. 11, p. 64-80, Jul. 2009.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. Editora Companhia das Letras, 2015.

SEQUEIRA, C. M. **Jornalismo investigativo**: o fato por trás da notícia. São Paulo: Summus, 2005.

SOARES, L. F. M.; COLVERO, R. O contexto capitalista do final do século XX e a relação entre a redemocratização brasileira e a mídia. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 9, n. 2, 2014.

THÉBAUD, F. Políticas de gênero nas Ciências Humanas. O exemplo da disciplina histórica na França. **Espaço Plural**, Ano X, n. 21, p. 33-42, 2 sem. 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, Volume I, 3. ed. rev., 2012.

UNESCO; REPORTEROS SIN FRONTERAS. **Manual de Seguridad para periodistas**: Guía práctica para reporteros en zonas de riesgo. UNESCO, 2016. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002439/243988s.pdf>> acesso em 08 de maio de 2018.

VEIGA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VIEIRA, A. V. C.; ROCHA, P. M. A participação das mulheres no Jornalismo Investigativo brasileiro: um recorte histórico no Prêmio Esso de Jornalismo no período de 1964 a 1985. In: Encontro Regional Sul de História da Mídia, 6º ALCAR. Mídia, fluxos migratórios e diásporas: perspectiva histórica, 2016, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2016.